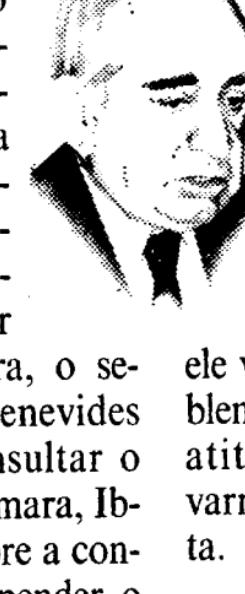


Congresso se previne recomendação como nos velhos tempos

O comando do Congresso começou a se movimentar no sentido de pôr-se a postos para qualquer eventualidade. Provocado pelo senador



Epitácio Cafeteira, o senador Mauro Benevides decidiu-se a consultar o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, sobre a conveniência de suspender o recesso não para votar projetos do governo mas para não ser surpreendido pelos acontecimentos. Essa é uma cautela que o Congresso tem tomado sempre que há ameaças à estabilidade institucional.

Lembra-se a propósito que, nos tempos de João Goulart, o Congresso não partia para férias antes que fossem tomadas as assinaturas de senadores e deputados em número suficiente para convocá-lo extraordinariamente em qualquer emergência. UDN e PSD, isto é, Daniel Krieger e Filinto Müller, estavam sempre de sobreaviso na expectativa de que o pior poderia acontecer a qualquer momento.

Esse não é o único sinal de que o país se mobiliza ante a iminência de uma crise grave. Os agentes financeiros deram o sinal nas bolsas de valores com a corrida para os mercados de risco — ouro e dólar — nos quais procuram o mínimo de segurança para seus ativos. A sociedade, como um todo, está tensa, embora o governo continue a esforçar-se por dar um sinal de normalidade. Prossegue-se na negociação em torno do ajuste fiscal e na pressão junto ao Congresso para votar projetos prioritários relacionados com o projeto geral de modernidade.

Consolida-se, no entanto, a impressão de que o ministério que Collor conseguiu armar depois de alguns meses, oferecendo ao país uma equipe capaz de suprir os déficits de competência e credibilidade detectados na equipe anterior, esse ministério como que foi atropelado pelas denúncias de corrupção. Os fatos a que se referem as denúncias são anteriores e relacionam-se com uma situação corrigida, mas só agora são compactamente lançados na cara do presidente. Disso decorre que não são mais os antigos ministros e secretários e sua flexibilidade ante os agentes de interesses ilegítimos que estão em causa. As denúncias não batem no vazio. Batem no governo. Batem no presidente.

Custa a crer que a medida aconselhada ao presidente da República seja um simples processo por calúnia e injúria contra o advogado Motta Veiga, ex-presidente da Petrobras. A questão não é de

forma, mas de fundo. É dificilmente sugestão ingênuo como essa terá partido do experiente ministro Célio Borja. O que se espera do presidente é que

ele vá ao coração do problema. É que com uma atitude desassombrada varra a soleira de sua porta.

A objetividade e rapidez com que a Polícia Federal e a Receita se desincumbirem do seu dever de investigar os fatos apontados nas denúncias poderão ajudar o presidente. Com base nas providências já tomadas admite-se que Collor se antecipe à CPI e ofereça à nação o resultado das investigações procedidas na área do Executivo e antecipando as conclusões da CPI que estão na linha das expectativas.

A CPI não tem como nem por que recuar. Ela tornou-se um instrumento não partidário, mas institucional, para ir ao fundo da questão e somente teria a rejubilar-se se o próprio governo se antecipasse na apresentação de resultados e conclusões da sua ação investigativa. As lideranças políticas e parlamentares já não estão agindo, como se suspeitou de início, inspiradas por prevenções e pressupostos partidários. Tais preocupações foram afastadas e hoje são as grandes figuras do Congresso, à frente o veterano Ulysses Guimarães, que endossam a CPI e expressam, como no coro das tragédias gregas, as sombrias apreensões que vulneram o sossego público.

Não se pode dizer que para o país esta seja uma situação terminal. Sem dúvida, no entanto, o clamor que parte da CPI e do que ela tem produzido em todos os segmentos sociais arma um ambiente que somente o próprio presidente Fernando Collor poderá desanuviar se tiver confiança bastante na sua própria incolumidade. Se ele foi apenas alcançado pelo abuso de confiança e pela cupidez de antigos companheiros e auxiliares, que deixe isso claro e permita que os órgãos do poder público cumpram seu dever, estancando os focos de corrupção que, a revelia dele, se implantaram sob seu governo.

Collor vivia até a entrevista do seu irmão Pedro Collor de Mello um momento de pleno reigoramento da sua ação política e administrativa, entregando a uma equipe confiável a articulação e a execução de providências das quais poderiam resultar o equilíbrio e a estabilidade da situação financeira. Agora tudo está em suspenso, na esperança de que ele remova o entulho jogado na porta da sua casa.

Carlos Castello Branco